HAL
open science

Atraso

Marcello Messina

To cite this version:

Marcello Messina. Atraso. Uwa'kürü Dicionário Analítico (vol. 1), pp.96-106, 2016, 978-85-68914-06-9. hprints-02005177

HAL Id: hprints-02005177

https://hal-hprints.archives-ouvertes.fr/hprints-02005177

Submitted on 3 Feb 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

MATTOS, O. "Memória e história em Walter Benjamin", In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: – DPH, 1992, pp. 152.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005, pp. 107-130. Disponível em http://goo.gl/r1PL47.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes, 2007. Disponível em http://goo.gl/HwY2zS.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GERSON RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
Doutor em História Social (PUC-SP, 2001)
Professor da Universidade Federal do Acre
Centro de Educação, Letras e Artes

ATRASO

Os lugares subalternos e periféricos são comumente representados como negação dos valores positivos percebidos como qualidades fundamentais e normativas do centro. A Amazônia, que pode ser descrita como "espaço colonial do Brasil",[1] não é exceção a esta norma, sendo tradicionalmente apresentada "como lugar da negação da nacionalidade, lócus do incivilizado, da barbárie e do atraso em contraposição ao litoral".[2]

Os próprios sistemas dominantes de significação produzem essa negação. Mesmo quando os significados mudam, mudam as

[1] Castro, Seria a Amazônia uma colónia do Brasil? 2014, p. 171.
[2] Pacheco e Pereira, O sertão e a Amazônia, 2012.

representações. Assim, a título de exemplo, a Amazônia é percebida a partir de uma "visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região" e ao mesmo tempo de uma "violência cotidiana gestada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos – homem e natureza".[3] Essa "dicotomia limitadora inferno verde/paraíso tropical",[4] constantemente, define e delimita os termos do discurso, sendo usadas como instrumentos intercambiáveis de dominação. O que não parece mudar, no contexto da "modernidade global", constantemente definida por significantes como "progresso", "inovação" ou "rapidez" é exatamente a representação da região enquanto um lugar atrasado, no qual a dinâmica do "progresso" ainda não chegou.

Este tipo de representação é um instrumento de dominação cultural que justifica incursões violentas de uma "modernidade" que se manifesta cada vez em formas diferentes, desde os deslocamentos e escravização de trabalhadores, com o armamento dos mesmos para exterminar povos indígenas – sob a égide da indústria extrativista da borracha a partir do século XIX – até o desmatamento extensivo para permitir a criação de gado a partir da década de 1970.[5] Mais recentemente, a imposição do "discurso da sustentabilidade",[6] associado à criminalização das práticas tradicionais de comunidades inteiras[7] passou a ser "desenvolvido pela ideologia hegemônica com a finalidade de manter o *status quo* necessário ao modelo neoliberal de desenvolvimento".[8]

O conceito de atraso vira também reservatório de desculpas para o apoio e a justificativa de grandes projetos, vendidos como portadores de desenvolvimento social e econômico. Assim, na década

[3] Loureiro, Amazônia, 2002.
[4] Mendes e Queirós, Do inferno ao paraíso, 2014, p. 44.
[5] Fearnside, Desmatamento na Amazônia brasileira, 2005, p. 114.
[6] Costa Lima, O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação, 2003; Giannella, O discurso da sustentabilidade, 2007.
[7] Amâncio, Economia verde criminaliza extrativistas, 2012.
[8] Giannella, O discurso da sustentabilidade, 2007, p. 7.

de 1970, a construção da Rodovia Transamazônica foi justificada como ação portadora de progresso face ao atraso atávico e intolerável da região. O documentário *A Transamazônica*, realizado pela Agência Nacional, em 1970, exemplifica bem este discurso:

> O atraso da Amazônia e do Nordeste repercute negativamente no resto do Brasil. Por isso, o presidente Médici asseverou: "Ou cresceremos juntos todos os brasileiros, ou nós retardaremos indefinidamente para crescer. E como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil".[9]

No filme, essas palavras são pronunciadas por uma voz em *off*, contraponteada por uma rápida sequência de imagens de arvores que caem. As palavras e as imagens são acompanhadas pela música *Le bœuf sur le toit* (*O boi no telhado*), de Darius Milhaud, uma composição que reúne modernismo e folclore nacional brasileiro,[10] ressaltando o fato de que o discurso do progresso é entrelaçado, nas palavras da voz em *off*, com a questão da urgência nacional. A invisibilidade da pessoa que pronuncia as palavras sugere uma superioridade do discurso proferido face às questões e as possíveis prioridades do lugar onde se intervém, uma superioridade que é acentuada por meio das continuas citações das declarações de Médici, inclusive o destacamento da necessidade improrrogável de acabar com o atraso. A rapidez em que as cenas de arvores derrubadas se subseguem resume e glorifica a violência com que as incursões do progresso são encargadas com a eliminação do atraso. O discurso do progresso se manifesta como *laissez-passer* do aniquilamento.

Apesar da distância cronológica e da modificação considerável do regime político no Brasil, esse discurso se apresenta quase inalterado no momento de justificar projetos mais recentes, como, por

[9] Agência Nacional, A Transamazônica, 1970.
[10] Noronha, Darius Milhaud e o Brasil, 2010.

exemplo, a Usina Hidrelétrica Belo Monte, cujos impactos incluem a alagação de 516 km^2 de área no Pará ocidental, a destruição de vários municípios e o prejuízo à vida de muitas comunidades locais.[11] Por meio das declarações de um dos seus altos funcionários, a Norte Energia, consórcio que dirige a construção da hidrelétrica, assim defendia o projeto na época do início das obras:

> A Usina Hidrelétrica Belo Monte, cujas obras se iniciam neste momento no rio Xingu, no Pará, é um exemplo contundente da possibilidade de se ter energia oriunda de aproveitamentos hidráulicos e, ao mesmo tempo, estabelecer garantias aos direitos sociais e respeito ao meio ambiente. [...] É verdade que Belo Monte, que será a maior usina 100% brasileira, mudará a condição de desenvolvimento da região. Nem poderia ser de forma diversa, pois se trata da maior obra atualmente em construção no Brasil [...]. Mas, é também a alternativa mais econômica, eficiente e de alta confiabilidade para aumentar a oferta de energia elétrica e ajudar no esforço de desenvolvimento, pois energia representa indústrias, empregos, saúde, escolas, cultura e, sobretudo, maior conforto e bem-estar para todos os brasileiros. O projeto de Belo Monte prevê uma série de ações para reduzir o impacto da obra e para transformar a usina em um fator de desenvolvimento econômico e social para a região do Xingu. Com tais ações, a população de Altamira e dos dez municípios na área do entorno da usina poderão experimentar, no curto prazo, uma elevação da qualidade de vida que, em condições normais, levaria décadas para ser alcançada.[12]

O discurso do progresso no Brasil democrático parece ter uma continuidade surpreendente com aquele do regime militar, pelo menos em relação à exploração da região Norte. Em respeito ao documentário da Agência Nacional, o texto da Norte Energia mantém a

[11] Fonseca, A construção de grandes barragens no Brasil, na China e na Índia, 2013, pp. 13-16.
[12] Corrêa, Belo Monte, 2011.

mesma atenção ao destacamento do interesse comum nacional ("para todos os brasileiros"),[13] também como da necessidade inevitável do projeto ("nem poderia ser de forma diversa").[14] O que muda é a introdução perversa de um discurso de sustentabilidade que indica a usina como garantidora do "respeito ao meio ambiente", não obstante os impactos maciços da obra. Todos estes elementos se reúnem novamente em defesa da rapidez e do "curto prazo" no qual os moradores da região experimentarão "uma elevação da qualidade de vida que, em condições normais, levaria décadas para ser alcançada".[15] Aqui o atraso aparece novamente como condição natural ou "pecado original" dos amazônidas que, para a Norte Energia, necessitam da inundação total das terras onde moram (um verdadeiro "dilúvio universal") para serem redimidos.[16]

Frente a essa violência discursiva é possível propor uma interpretação alternativa e emancipatória do conceito de atraso: em outras palavras, o rótulo de lugar atrasado pode passar para uma apropriação e uma subversão política, em que a lentidão associada ao atraso não é incapacidade de manter o ritmo da modernidade, mas não-conformidade, antagônica, obstinada e militante com esse ritmo. A lentidão pode virar dimensão ontológica e epistemológica, verdadeira "epistemologia dos oprimidos",[17] que se contrapõe ao pensamento hegemônico global. Essa dimensão epistemológica é, conforme o que o filosofo italiano Franco Cassano chama de "pensamento meridiano", a recuperação do papel de sujeito do pensamento, operada pela periferia global que Cassano identifica por meio do significante "sul" (mas que, no caso especifico da Amazônia, coincide com o norte do Brasil e do continente Sul-Americano). A lentidão é autentico instrumento de insubordinação à rapidez normativa do pensamento hegemônico global:

[13] Corrêa, Belo Monte, 2011.
[14] *Idem.*
[15] *Id.*
[16] Aqui o uso de analogias bíblicas dialoga com as similitudes usadas por Franco Cassano, cujas leituras serão introduzidas mais adiante neste texto.
[17] Siskind, *Cosmopolitan desires*, 2014, p. 79.

> Os ritmos do sul, a sua lentidão [...] representam um escândalo só para os clérigos da nossa ordem social, para esses modernizadores fanáticos, calejados, (e bem -pagos), que viajam pelo mundo pregando o desenvolvimento como forma compulsória de salvação. A litania cansativa deles é chamada de pensamento, mas de verdade é um instrumento de produção, pouco mais do que um lubrificante.[18]

Essa insubordinação temporal ressoa com o conceito de "desobediência epistêmica" formulado por Walter Mignolo, como condição necessária da "opção descolonial", ou seja, a não-aceitação e a subversão de categorias definidas por consciências ocidentais e impostas, no processo ininterrupto de dominação colonial e neocolonial, como parâmetros epistemológicos e ontológicos universais.[19]

Como forma de desobediência epistêmica, a lentidão é, por sua vez, instrumento de conquista da autodeterminação: "tempo [...] de quem não é possuído pelo tempo, mas é capaz de controlá-lo", no dizer de Cassano, para quem, "sem a lentidão a democracia é provavelmente impossível (porque precisa de discussão, mas também de um desfrute comum)".[20] Tendo em vista que o uso feito por Cassano do termo "democracia" é bem distante dos usos discursivos dominantes do mesmo termo, é possível associar a lentidão a uma proposta de reorganização criativa da sociedade em direção de uma distribuição autenticamente sustentável dos recursos.[21]

Várias páginas da recente história Amazônica parecem exemplificar a dialética violenta entre tentativas de incursão hegemônica da rapidez como função dum desenvolvimento econômico que não contempla a existência de outras dimensões temporais e epistêmicas, e

[18] Cassano, Southern thought, 2001, p. 2. Tradução do inglês pelo autor.
[19] Mignolo, Desobediência epistêmica, 2008; Mignolo, Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom, 2009.
[20] Cassano, Southern thought, 2001, p. 3.
[21] Novamente, o uso deste termo aqui é bem distante das apropriações do mesmo, perpetradas para justificar agendas de dominação e exploração exclusiva dos recursos naturais.

propostas de (re)pensamento criativo das relações produtivas e sociais representadas pela lentidão.

Neste breve ensaio, a referência é a época dos empates realizados por trabalhadores e moradores da floresta, nas décadas de 1970 e 1980 no Acre, contra o desmatamento de áreas de floresta para a estabilização de áreas de pasto para a indústria agropecuária.[22] O empate foi definido por Chico Mendes como uma forma "dos seringueiros se organizarem em mutirões e se deslocarem para os locais de desmatamento, se colocarem entre os peões e a floresta e desmobilizar seus acampamentos, dialogar com eles e forçá-los à retirada".[23]

A contraposição entre atividades extrativistas e exploração industrial encarna intrinsecamente o conflito entre concepções temporais extremamente diferentes, uma baseada sobre uma utilização lenta e prolongada dos recursos, e a outra vinculada à exploração imediata e à modificação rápida dos espaços a disposição.[24]

Além disso, a forma de resistência excogitada ao fim de parar as atividades de desmatamento encena e reproduz esta mesma dialética, primariamente porque no empate os corpos dos ativistas se colocavam em frente de instrumentos caracterizados por uma capacidade fundamental de rapidez da ação, como tratores e motosserras.[25] O empate sintetiza a contraposição entre categorias epistêmicas e espaço/temporais opostas, uma baseada num desenvolvimento rápido e inflexível, radicado no negligenciar das vidas e histórias locais e só focado na perspectiva da exploração imediata do território; e a outra baseada na fruição cadenciada, pacienciosa com a floresta ou numa relação de intercâmbios com a natureza e seus seres não-humanos.[26] É im-

[22] Antonacci, Cultura, trabalho, meio ambiente, 1994; Souza, Os 'empates' como forma de resistência no modo de vida dos seringueiros da Amazônia Ocidental, 2003.
[23] Mendes, A luta dos Povos da Floresta, 1990.
[24] Agradeço muito ao meu colega e amigo Jairo Souza pelas várias conversas que tivemos sobre este assunto. Foi ele que numa destas conversas associou este particular conflito histórico ao tempo.
[25] Pontes, O movimento social dos povos da floresta amazônica, 2012, p. 22; Silva, 2010, p. 37.
[26] Hoje em dia é frequentemente ressaltado como sejam estas mesmas práticas, paradoxalmente, a ser atacadas pelas instituições, com tentativas de criminalização das mesmas. Cf. Amâncio,

portante ressaltar que as lutas dos seringueiros foram, principalmente, "lutas pela sobrevivência", antes de ter também "um caráter ecológico ambiental muito grande": no antecipar a chegada dos discursos globais sobre a sustentabilidade, as lutas emanciparam preventivamente este conceito do dogma hegemônico do desenvolvimento.[27]

Enfim, durante as lutas, o movimento dos seringueiros conseguiu pensar numa forma de fruição autenticamente alternativa da floresta, que evitasse a divisão do território em pequenas áreas de propriedade privada e, em última análise, impedisse a concentração gradual do território nas mãos dos grandes proprietários e dos bancos:

> A gente tinha certeza que se a Amazônia fosse loteada para a colonização, o se a Amazônia fosse... Com nós fosse aceita a usucapião... Qualquer proposta que desse o título de propriedade ia ficar que era ciranda da comercialização da terra, o que a gente via já em alguns projetos de colonização. A pessoa dá o título da terra e logo o fazendeiro vem e compra, ou o banco se apropria porque dá a financia e põe a terra com penhora. Então, já vendo tudo isso, a gente diz: 'Nós tem que criar uma figura jurídica que possa evitar o êxodo rural'. E a gente queria uma área, assim do tipo: garantir a sobrevivência do seringueiro, garantir que ele permaneça lá, mas que não seja destruída e que ele possa viver do usufruto.[28]

Em outras palavras, "aos seringueiros não interessam e nem querem o título de propriedade",[29] e isto os permite excogitar uma forma de repensar de modo criativo a instituição globalmente hegemônica da propriedade privada, como garantia de fruição coletiva e prolongada dos recursos do território, protegendo-o, ao mesmo tempo, da expropriação. Tal proposta, confluída na criação das Reservas Extrativistas, foi tão intrinsecamente revolucionaria até resultar problemática, "porque num sistema capitalista, você introduzir uma proposta de não querer a

2012, Economia verde criminaliza extrativistas.

[27] Mendes, A luta dos Povos da Floresta, 1990.

[28] Osmarino Amâncio fala sobre os 25 anos do assassinato de Chico Mendes, 2013.

[29] Mendes, A luta dos Povos da Floresta, 1990.

propriedade privada... então isso era muito complicado. O Movimento era muito forte e teve esse poder de implementar".[30]

Aqui também é possível argumentar que a carga criativa da proposta dos seringueiros é instigada principalmente por uma específica concepção do tempo, que coloca a lentidão numa posição privilegiada em função da autodeterminação alimentar e econômica. Ao fim de esclarecer esse conceito, é necessário destacar que o tempo da propriedade privada na Amazônia acreana, por exemplo, inevitavelmente, sempre foi caracterizado pela "rapidez com que se efetuaram as transações: venda, compra, anexação de grandes propriedades, com as terras mudando de 'donos da noite para o dia'".[31] Em vista dessa velocidade constitutiva do regime de intercâmbio comercial, a proposta dos seringueiros parece contemplar a criação de uma área espaço/temporal de "atraso permanente", ou seja, de um enclave autenticamente autônomo que fique, prolongadamente, impermeável à penetração violenta e precipitada das imposições do mercado.

A proposta criativa do usufruto é implicitamente acompanhada por uma crítica bem lúcida do regime da propriedade privada, que também passa por uma concepção muito bem definida do tempo: a rapidez dos intercâmbios monetários transforma prontamente a propriedade privada, mesmo numa situação inicial de relativa redistribuição, em expropriação coletiva. A consequência previsível, numa dimensão epistêmica que anula a aceleração contínua é que a propriedade acabe coincidindo com a expropriação. A dimensão epistêmica da lentidão é, novamente, produtora de pensamentos alternativos e emancipatórios.

Para finalizar, é necessário reiterar que a exaltação da dimensão epistêmica da lentidão não implica a incapacidade de responder prontamente aos impulsos externos e às modificações sociais, culturais e ambientais, nem sugere uma concepção da Amazônia e, em geral, dos lugares periféricos da modernidade global, como lugares desprovidos

[30] Osmarino Amâncio fala sobre os 25 anos do assassinato de Chico Mendes, 2013.

[31] Albuquerque, Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do rio Valparaíso na Amazônia acreana, 2004, p. 22.

de impulsos externos e modificações sociais, culturais e ambientais. A lentidão epistêmica não é (necessariamente) desejo de isolamento, nem rejeição às tecnologias que curtem as distâncias espaciais e/ou os tempos de acesso a outros lugares. A lentidão epistêmica é primariamente resistência criativa a intervenções predatórias e desestabilizadoras operadas sob a desculpa imperialista da necessidade de rapidez e progresso.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL. **A Transamazônica**, 1970. Disponível em http://goo.gl/fcIvk7. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

ALBUQUERQUE, G. R. Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do rio Valparaíso na Amazônia acreana. In **Revista NERA**, n.7, 2004, pp. 13-33.

AMÂNCIO, O. **Economia verde criminaliza extrativistas.** 8 de maio de 2012. Disponível em http://goo.gl/WiqswF. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

AMÂNCIO, O. **Osmarino Amâncio fala sobre os 25 anos do assassinato de Chico Mendes.** 18 de dezembro de 2013. Disponível em http://goo.gl/5z6rQ2. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

ANTONACCI, M.A. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de "empate" no Acre. In **Revista Brasileira de História**, n.14, 1994, pp. 247-267.

CASSANO, Franco. **Southern thought.** In *Thesis Eleven,* 67, 2001, pp. 1-10.

CASTRO, C. P. Seria a Amazônia uma colónia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo e governança autônoma. In **Crítica e Sociedade**: Revista de cultura política, 4.2, 2014, pp. 168-192.

CHICO MENDES. A Luta dos Povos da Floresta (Palestra realizada em de junho de 1988 na USP). In **Terra Livre,** n.7, 1990, pp. 9-22.

CORRÊA, M. **Belo Monte: desenvolvimento hidrelétrico sustentável.** 17 de julho de 2011. Disponível em https://goo.gl/L5FlhC. Acesso em 14 de dezembro de 2015

COSTA L. G. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. In **Ambiente & Sociedade,** 6.2, 2003, pp. 99-119.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. In **Megadiversidade**, 1.1, 2005, pp. 113-123.

FONSECA, I. F. **A Construção de Grandes Barragens no Brasil, na**

China e na Índia: similitudes e peculiaridades dos processos de licenciamento ambiental em países emergentes. 2013.

GIANNELLA, L. **O discurso da sustentabilidade: contradições e intencionalidades.** Para Onde!? 3.1, 2009. Disponível em https://goo.gl/4OlzpL. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. In **Estudos Avançados,** 16.45, 2002, pp. 107-121.

MENDES, F. M. M.; F.A.T. Q. Do inferno ao paraíso: narrativas sobre a Amazônia brasileira. In **Revista Igarapé**, n. 3, 2014, pp. 29-47.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, 2008, pp. 287-324.

MIGNOLO, W. Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom. In ***Theory, Culture & Society***, 26.7-8, 2009, pp. 1-23.

NORONHA, L. M. R. Darius Milhaud e o Brasil. In **Anais do I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música.** Rio de Janeiro, 2010, pp. 598-607. Disponível em https://goo.gl/VQEQvu. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

PACHECO, A.; PEREIRA, R. M. O sertão e a Amazônia: de Oliveira Vianna a Foot Hardman. In **Anais do V Seminário Nacional de História da Historiografia:** biografia & história intelectual. Ed. Camila Aparecida Braga Oliveira, Helena Miranda Mollo e Virgínia Albuquerque de Castro Buarque. Ouro Preto: EdUFOP, 2011, pp. 1-11.

PONTES, B. M. S. O movimento social dos povos da floresta amazônica. In **Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais**, 1.1, 2012, pp. 9-31.

SISKIND, M. ***Cosmopolitan desires:*** *global modernity and world literature in Latin America*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

SOUZA, C. A. A. Os 'empates' como forma de resistência no modo de vida dos seringueiros da Amazônia Ocidental: a constituição social de um termo. In **Clio Histórica**, n. 18, 2003, pp. 37-52.

MARCELLO MESSINA
Doutor em Composição Musical (University of Leeds, 2013)
Bolsista PNPD e Professor Colaborador
Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade
Universidade Federal do Acre

Uwa'kürü
DICIONÁRIO ANALÍTICO

Organizadores
Gerson Albuquerque
Agenor Sarraf Pacheco

Nepan Editora
Rio Branco, Acre
2016

Nepan Editora

Todos os artigos reunidos nesta edição são de responsabilidade de seus autores.
editoranepan@gmail.com

Diretor Administrativo: Marcelo Alves Ishii

Conselho Editorial

Agenor Sarraf Pacheco - UFPA
Ana Pizarro - Universidade Santiago/Chile
Carlos André Alexandre de Melo - UFAC
Elder Andrade de Paula - UFAC
Francemilda Lopes do Nascimento - UFAC
Francielle Maria Modesto Mendes - UFAC
Francisco Bento da Silva - UFAC
Francisco de Moura Pinheiro - UFAC
Gerson Rodrigues de Albuquerque - UFAC
Hélio Rodrigues da Rocha - UNIR
Hideraldo Lima da Costa - UFAM
João Carlos de Souza Ribeiro - UFAC
Jones Dari Goettert - UFGD
Leopoldo Bernucci - Universidade da Califórnia
Livia Reis - UFF
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro - UFAM
Marcela Orellana - Universidade Santiago/Chile
Marcia Paraquett - UFBA
Maria Antonieta Antonacci - PUC/SP
Maria Chavarria - Universidad San Marcos
Maria Cristina Lobregat - IFAC
Maria Nazaré Cavalcante de Souza - UFAC
Miguel Nenevê - UNIR
Raquel Alves Ishii - UFAC
Sérgio Roberto Gomes Souza - UFAC
Sidney da Silva Lobato - UNIFAP
Tânia Mara Rezende Machado - UFAC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U95u Uwakürü: dicionário analítico / Organizado por: Gerson Rodrigues de Albuquerque, Agenor Sarraf Pacheco. – Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

335 p.

ISBN: 978-85-68914-06-9

1. Dicionário Analítico. 2. Dicionário – Amazônia. 3. Linguagem e Sociedade I. Albuquerque, Gerson Rodrigues de. II. Pacheco, Agenor Sarraf. III. Título

CDD 469.398112

Bibliotecária: Alanna Santos Figueiredo - CRB 11/1003

Sumário

Um rio de palavras: apresentação

Acre
Gerson Rodrigues de Albuquerque

Acreanidade
Maria de Jesus Morais

Afroindígena
Agenor Sarraf Pacheco

Amazonialismo
Gerson Rodrigues de Albuquerque

Atraso
Marcello Messina

Cidade-floresta
Agenor Sarraf Pacheco

Culturas escolares
Valda Inês Fontenele Pessoa
Tânia Mara Rezende Machado

Desterros para amazônia
Francisco Bento da Silva

Labre
Hélio Rodrigues da Rocha

Mercados de carbono
Raquel Rodrigues Machaqueiro

Museu do palácio rio branco
Ana Carla Clementino de Lima

Paulistas
Tânia Mara Rezende Machado

Saberes culturais
Maria Betânia Barbosa Albuquerque
Márcio Barradas Sousa

Seringalismo
João José Veras de Souza

Unidade de produção rural
Silvio Simione da Silva
Elder Andrade de Paula

William chandless
Raquel Alves Ishii